

UMA AUTORA, DUAS IDÉIAS ANTAGÔNICAS - A NEUROÉTICA E A CRISE ACADÊMICA NORTE-AMERICANA

Nelson Choueri Junior

Mestrando do Departamento de Filosofia – UFRN

RESUMO

Adina Roskies¹ escreveu dois artigos que abordam as possibilidades de que as descobertas da neurociência possuem potencial de modificar nossa concepção tradicional de livre arbítrio. No primeiro, de 2002, ela apresenta fortes indícios de que a neurociência poderia provocar grandes alterações em nossa noção de liberdade; contudo no segundo, datado de 2006, a autora recua e tenta demonstrar que qualquer preocupação nesse sentido é inapropriada, deixando implícito que seu potencial existe mas é desprezível.

Neste texto analisaremos as proposições de Roskies em cada um dos artigos, e especularemos sobre as razões que podem ter levado a autora a mudar de idéia de forma tão radical.

Palavras-chave: Liberdade acadêmica, ética, neuroética, livre-arbítrio

INTRODUÇÃO

O primeiro artigo

Adina Roskies escreveu em 2002 um artigo sobre neuroética chamado *Neuroética para o novo milênio Comentário*, o qual delineava inúmeras possibilidades de descobertas que estariam por ocorrer na área. Tais descobertas poderiam trazer à luz informações com poderes suficientes para modificar diversas crenças e valores profundamente estabelecidos e arraigados na nossa sociedade ocidental, e particularmente na norte-americana. No artigo ela menciona ou especula possíveis conseqüências que essas descobertas causariam.

Por exemplo, foi sugerido que uma grande parcela dos detentos do corredor da morte podem ser portadores de lesões cerebrais. Se cuidadosos estudos epidemiológicos indicarem que isso é verdade, como deverão nossas visões de moral e de responsabilidade legal ser alteradas, se tiverem de ser, para compatibilizarem-se com esses surpreendentes fatos? (ROSKIES, 2002:21).

A autora prossegue: “No futuro (mas não atualmente!), será possível usar técnicas de imagem não-invasivas para determinar se uma pessoa está ou não mentindo. (idem)”. Havia realmente a percepção de que as transformações não trariam conseqüências de pouca importância.

A motivação que atrai a atenção de neurocientistas, eticistas, jornalistas, filósofos e agentes de políticas públicas surge da intuição (percepção? (sugestão do autor)) de que nosso sempre crescente

¹ Adina Roskies, Ph.D., é filósofa e neurocientista do Dartmouth College, Hanover, NH, USA. É professora assistente do Departamento de Filosofia daquela instituição.

conhecimento a respeito dos mecanismos cerebrais subjacentes aos diversos comportamentos tem implicações únicas e potencialmente dramáticas sobre nossa perspectiva de ética e para a justiça social. (idem).

O segundo artigo

Em 2006 a autora voltou a publicar artigo sobre o assunto neuroética. Em *Desafios da neurociência ao livre arbítrio e à responsabilidade - Opinião*, publicado originalmente como *Neuroscientific challenges to free will and responsibility - Opinion*, surpreendentemente ela recua em termos da avaliação da potencialidade que os estudos em neurociências teriam em promover transformações significativas em nossas noções de livre arbítrio e responsabilidade.

Os avanços obtidos pela neurociência têm alimentado uma visão mecanicista da compreensão da forma como o cérebro (humano, (n. a.)) produz pensamentos e comportamentos complexos. Tal tendência tem produzido a preocupação de que os futuros avanços levarão as pessoas a abandonar sua crença de que somos agentes livres e, conseqüentemente, que nossas visões de responsabilidade moral sejam abaladas.

Eu sugiro (neste artigo, (n. a.)) que tais preocupações são inapropriadas. (ROSKIES, 2006:419).

Recuar apenas não seria surpreendente em um pesquisador, uma vez que todos temos o direito de mudar de idéia. Temos mesmo o dever de mudar de idéia, caso alguém ou as circunstâncias nos mostrarem que anteriormente estávamos equivocados. Alguns consideram até uma manifestação de grandeza o voltar atrás, e além disso, reconhecer esse fato, e demonstrar porque isso ocorreu, pois esse exemplo servirá de estímulo a que outros também o façam, contribuindo assim para a diminuição das vaidades infundadas e suas conseqüências no universo da ciência.

O que torna essa mudança de opinião especial e alvo de investigação científica, é o fato de não haver uma referência clara, no segundo artigo, aos pontos cruciais do anterior. As referências bibliográficas do segundo nem ao menos mencionam o primeiro. Neste texto discutiremos as diferentes percepções apresentadas nos dois artigos e as possíveis causas da clara mudança de posição por parte da autora.

DESENVOLVIMENTO

Em seu artigo mais recente, Roskies propõe-se a apresentar três argumentos para assegurar que são infundados os temores de que nossas crenças a respeito de livre arbítrio e responsabilidade moral sejam abaladas ou derrubadas pelas recentes descobertas da neurociência.

Primeiro argumento

Em seu primeiro argumento, a autora nos informa que problemas a respeito de nossa noção intuitiva de liberdade já existiam antes, e existem independentemente do surgimento e dos avanços na neurociência.

Sim, os problemas existem há muito tempo, mas esse fato não invalida nossas preocupações quanto ao surgimento de novos problemas, esses relacionados com as descobertas neurocientíficas. E mais: nossas preocupações serão ainda maiores se os

novos problemas estiverem relacionados com algumas das possíveis respostas a problemas antigos, que nos venham a ser oferecidas pela neurociência. E, salvo engano, foi exatamente isso o que Adina nos ofereceu em seu artigo de 2002.

A questão dos criminosos no corredor da morte citada pela autora é apenas um exemplo. Suponha que outras descobertas sejam feitas. A de que políticos corruptos tenham em seus cérebros singularidades anatômicas ou fisiológicas absolutamente comuns a todos eles e apenas a eles, por exemplo. Alguém concordaria que uma ressonância eletromagnética determinasse a elegibilidade ou não de algum candidato?

E o que poderá significar a possibilidade de existência de um diagnóstico que informe se uma pessoa está dizendo a verdade ou não, nas mãos de Estados totalitários? Bem, um consolo pode ser imaginar que as torturas nos porões desapareceriam por não terem mais “sentido”. Mas será que o homem estará vivendo melhor sem esses porões, tendo em troca que pagar com o fim do nosso último refúgio: nossa possibilidade de mentir sem que o outro saiba com certeza se estamos mentindo ou não?

Segundo argumento

No segundo argumento, Roskies afirma que a análise do problema da liberdade *sugere* (itálico por Choueri) que a neurociência não ocuparia uma posição que lhe permitisse abalar nossas noções intuitivas.

Essa percepção da autora tem limitações: está associada a um certo estado da arte da neurociência; nada impede que em outro estado, ela possa emitir uma opinião absolutamente diferente. E podemos notar que, mesmo considerando aquele estado (do ano de 2006), ela se reguarda, ao se valer da expressão *sugere* onde ela poderia ter usado palavras mais fortes como assegura ou garante.

Terceiro argumento

Para finalizar, a autora nos informa que estudos empíricos recentes (ditos recentes em 2006 (nota de Choueri)), sugerem que, mesmo que se imagine erroneamente os resultados da neurociência como relevantes em termos da viabilidade (ou não (nota de Choueri)) da nossa noção de liberdade, ainda assim, nossos julgamentos de responsabilidade moral permanecerão basicamente inalterados.

Contudo, no artigo anterior a autora afirma o contrário.

A teoria ética tradicional concentrou-se em noções filosóficas tais como livre-arbítrio, auto-controle, identidade pessoal e intenção. Essas noções podem ser investigadas a partir da perspectiva da função cerebral. Embora a neurociência da ética esteja atualmente muito menos desenvolvida do que a ética da neurociência e, de início, poderá não progredir tão rapidamente, ela é a área que verdadeiramente possui profundas implicações na forma como a ética seguramente será abordada no século XXI. (ROSKIES, 2002:22).

Um quarto argumento apresentado

Roskies ainda coloca que os desafios à nossa concepção de liberdade provém de outras considerações, que não a neurociência. Considerações absolutamente pessoais, tais como se o universo é determinístico ou não, e se existe um ente onipotente e onisciente é que teriam relevância na avaliação das possibilidades de liberdade.

Nesse ponto, Roskies coloca nossos dogmas como preponderantes em nossa avaliação das possibilidades de liberdade. Concordo com a autora. Contudo, gostaria de registrar que o papel da ciência - da autêntica ciência, deve ser visto como o de *desfazer* dogmas, ao invés de *edificar* dogmas, como querem alguns. E que, portanto, à neurociência, como ciência que é, cabe trabalhar os dogmas relacionados à nossa noção de liberdade, e não deixá-los premeditadamente intactos.

POSSÍVEIS RAZÕES PARA A AUTORA TER ALTERADO SUA PERCEPÇÃO SOBRE O PROBLEMA

Há diversas causas possíveis que podem fazer alguém manifestar um discurso que neutralize ou contrarie o que essa mesma pessoa tenha dito antes. O reconhecimento de que tenha se equivocado anteriormente é a primeira possibilidade que nos vem à mente. Contudo, no caso abordado neste texto, como já argumentamos, é notável a total ausência de conexão, por parte da autora, entre os dois escritos. Ela escreveu o segundo como se o primeiro jamais houvesse sido escrito. Por esta razão, consideramos improvável que a autora tenha de fato mudado de idéia a respeito do assunto, pois se assim fosse, ela mencionaria o primeiro artigo ao escrever o segundo. Outro indício de que verdadeiramente ela não mudou de idéia reside no fato de ela negar o que disse anteriormente, mas apresentar tão somente argumentos fracos ao defender a nova posição.

Outra causa possível para que essa mudança ocorra é a submissão do autor a alguma forma de pressão sobre si. Essa pressão pode ter diversas origens. Pode ser por parte da instituição acadêmica a que o profissional pertença, ou por parte de órgãos do governo; ou pode ser proveniente de gestores de fundos de financiamento de pesquisa dos quais dependam o trabalho acadêmico do pesquisador, entre outras possibilidades. “O problema é que as universidades têm se tornado gradativamente mais e mais dependentes de pesquisas privadas financiadas e de filantropia ideológica, enquanto que outras fontes de recursos têm diminuído.” (BRANDT 2006:283).

Na história da ciência temos o conhecido caso de Galileo Galilei, que renegou suas idéias para se poupar de uma severa pena imposta pela Inquisição.

Em 22 de junho de 1633, em uma cerimônia formal no convento dos padres dominicanos de Santa Maria de Minerva, lida a sentença proibindo o Diálogo, e sentenciando seu autor ao cárcere, Galileo, aos setenta anos, renega suas conclusões de que a Terra não é o centro do Universo e imóvel. A sentença ao exílio foi depois convertida a aprisionamento em sua residência, em Arce tri, onde permaneceu até sua morte.

Apesar de praticamente cego, completa o *Discorsi e dimonstrazioni matematiche intorno a due nuove scienze, attinenti alla meccanica e I movimenti locali* (Discurso das Duas Novas Ciências, Mecânica e Dinâmica), contrabandeado para a Holanda pois Galileo havia sido também proibido de contato público e publicar novos livros.

Faleceu em 8 de janeiro de 1642 em Arcetri, perto de Florença, e está enterrado na Igreja da Santa Cruz, em Florença. Apenas em 1822 foram retiradas do Índice de livros proibidos as obras de Copérnico, Kepler e Galileo, e em 1980, o Papa João Paulo II ordenou um re-exame do processo contra Galileo, o que eliminou os últimos vestígios

de resistência, por parte da igreja Católica, à revolução Copernicana. (OLIVEIRA FILHO, 2005:pág. única).

A história recente dos Estados Unidos tem-nos mostrado que as liberdades naquele país têm sido cerceadas por agentes do Estado, em nome principalmente da guerra contra o “terrorismo”. De instituições como a imprensa e a academia têm surgido inúmeras denúncias de violações às liberdades.

Partindo das explosões por bombas do World Trade Center em 1993, aumentando com a explosão do Oklahoma City, e com a explosão do World Trade Center em 11 de setembro, o governo dos EUA tem adotado políticas decididamente mais intervencionistas e legislação voltada para a monitoração e detenção de terroristas. O impacto dessa crescente rede de regulamentações tem sido sentido pelos americanos (dos Estados Unidos (n. a.)) em muitas das suas atividades do dia-a-dia. Um aspecto desse endurecimento na rede de segurança dos EUA que não tem sido estudado em detalhe é o seu impacto na liberdade acadêmica. Algumas das novas políticas são dirigidas diretamente para a educação superior, outros aspectos das políticas têm um impacto desproporcional sobre na educação superior. Outros aspectos ainda das políticas afetam a academia apenas indiretamente. Os efeitos cumulativos da política antiterrorismo dos EUA têm um impacto significativo sobre as instituições acadêmicas, restringindo a abertura (ao acesso às informações acadêmicas (n. a.)) e limitando a autonomia institucional, contrariando os princípios fundamentais de liberdade acadêmica. (BRANDT 2006:263).

A relação entre o atual governo federal dos EUA e a imprensa americana sempre foi tensa, mas agora está se tornando perigosa. Pelas regras informais que guiaram por muitos anos as relações em Washington, o vazamento de informações governamentais era algo considerado corriqueiro, carregado de riscos toleráveis para funcionários do governo e, na pior das hipóteses, implicava na possibilidade de intimação de jornalistas pela divulgação da identidade de suas fontes confidenciais. A administração Bush, ao contrário, tem colocado pressão na imprensa como nunca visto antes, e dá sinais de que pretende tratar o problema dos vazamentos de informações confidenciais como questão judicial. (NUNES, 2006:pág. única).

Não podemos de forma alguma afirmar que Roskies tenha agido por intimidação ao escrever seu segundo trabalho. Porém não podemos deixar de registrar que a liberdade acadêmica nos Estados Unidos está em crise e que, quando alguém sofre algum tipo de intimidação, não costuma confessar que isso ocorreu, até para preservar a própria segurança. Portanto, o fato de não haver documentos que comprovem que houve alguma pressão sobre a autora não significa que não houve.

Nós, brasileiros, conhecemos bem como funciona o sistema de pressão invisível, por meio de manipulação, “proteção”, perseguição, clientelismo, elogios inapropriados (puxa-saquismo), estímulo à denúncia, politicagem, “confraria”, utilização de recursos de pesquisa para fins particulares, entre outros vícios existentes na academia, sobretudo, mas não só, como herança do período da ditadura militar que vigorou de 1964 a 1985. Os norte-americanos, ironicamente, pois foram os Estados Unidos que patrocinaram o golpe militar no Brasil em 1964, talvez estejam provando

desses males hoje como nunca antes haviam experimentado.

CONCLUSÃO

Após minucioso exame dos dois artigos escritos por Roskies, chegamos à conclusão de que eles apresentam profundas e inconciliáveis diferenças em termos de opinião da autora sobre questões fundamentais para nossa sociedade. Enquanto no primeiro, ela aponta para possibilidades de grandes transformações em noções tão arraigadas como as de livre-arbítrio e de responsabilidade moral, no segundo ela procura, em vão, demonstrar que é infundada qualquer preocupação quanto a grandes transformações em nossos conceitos, provenientes das descobertas da neurociência.

Não nos parece que a autora tenha, verdadeiramente, se convencido daquilo que escreveu no segundo artigo. Fica então sem resposta a pergunta sobre o que teria causado sua mudança de opinião. De qualquer forma, fica revelado que a luta travada nas ciências sobre se o universo é determinístico ou não, se temos livre arbítrio ou não, e outras questões correlatas, está hoje de forma decisiva na pauta de filósofos e de outros pesquisadores. E que as descobertas, fruto das pesquisas em neurociências, conduzirão a um crescente conhecimento sobre o assunto; e que aquele país ou aquela organização que detiver esse conhecimento passará a ter, no futuro, uma vantagem estratégica impensável no momento. Talvez essa perspectiva sozinha aponte para a possibilidade de que esteja havendo cerceamento às informações acadêmicas sobre o problema.

Longe de significar que devemos manter distância dessa questão, esses fatos todos exigem que nos empenhemos em tornar os estudos de ética da neurociência e, principalmente, de neurociência da ética, mais difundidos e aprofundados.

BIBLIOGRAFIA

ROSKIES, ADINA. Neuroethics for the New Millenium Commentary. **NEURON**. Vol. 35, Issue 1, 3 July 2002. Trechos traduzidos pelo autor. Disponível em: doi:10.1016/S0896-6273(02)00763-8, ou em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0896627302007638> Acesso em 03/10/2008.

ROSKIES, ADINA. Neuroscientific challenges to free will and responsibility. **TRENDS in Cognitive Sciences**. Vol. 10, No. 9. ELSEVIER, 2006. Trechos traduzidos pelo autor. Disponível em: doi:10.1016/j.tics.2006.07.011, ou em: www.unc.edu/~knobe/roskies.pdf Acesso em 03/10/2008.

OLIVEIRA FILHO, KEPLER DE SOUZA. **Biografias UFRGS Galileo Galilei**. Página da internet modificada em 13 de outubro de 2005. Disponível em: <http://astro.if.ufrgs.br/bib/bibkepler.htm>. Acesso em 03/10/2008.

BRANDT, ELIZABETH BARKER. The crumbling academic freedom consensus and the threat of U.S. antiterrorism policy. **Forum on Public Policy**. Vol. 1, No. 4, Summer 2006. Trechos traduzidos pelo autor. Disponível em: www.forumonpublicpolicy.com/vol2no2.edlaw/barker.brandt.pdf. Acesso e03/10/2008.

NUNES, Leticia (com Larriza Thurler). **Observatório da Imprensa: Governo Bush ameaça imprensa com leis mais duras (09/05/2006)**. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380MON001> Acesso em 14/09/2008.